

Trabalho e Moradia:  
os significados de cidadania no cotidiano das relações de trabalho em Florianópolis na  
redemocratização (1945-1950)

JÉSSICA DUARTE DE SOUZA\*

Em outubro de 1942 houve uma assembléia geral do Sindicato dos Empregados do Comércio de Florianópolis para discutir a recém notícia de que a empresa Carlos Hoepcke S.A estava presente na lista negra das empresas catarinenses<sup>1</sup>. A informação que se tem do resultado da referida assembléia é um pedido de transferência da presidência da empresa de Dietrich von Wangenheim para Aderbal Ramos da Silva. A Carlos Hoepcke era umas das principais empresas catarinense e sua matriz localizava-se na capital de Santa Catarina, Florianópolis. Assumir a presidência de um ramo econômico tão importante era algo significativo, mas o que essa ocasião empresarial tem de relevante para Florianópolis e Santa Catarina?

Aderbal Ramos da Silva nasceu em 1911 em Florianópolis. Oriundo de uma família tradicional da política catarinense ele seguiu os mesmos rumos de seus familiares<sup>2</sup>. Na década de 1930 ingressou na política com o PLC (Partido Liberal Catarinense), apadrinhado por seu tio Nereu Ramos e desde então assumiu cargos políticos/administrativos no estado de Santa Catarina. Em 1936, já formado em Direito e com escritório de advocacia instalado na pequena Florianópolis, Aderbal casou-se com Ruth Hoepcke, herdeira da empresa Carlos Hoepcke.

Após o Estado Novo, em 1945, Ramos da Silva participou da fundação do PSD (Partido Social Democrático) e tornou-se um dos principais representantes do partido na capital e no estado de Santa Catarina. Em 1946 saiu como candidato ao cargo de governador

---

\* Mestranda na Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista CAPES.

<sup>1</sup> Essa lista foi publicada após a aproximação do Brasil com os países aliados da Segunda-Guerra Mundial, a lista negra enumerava empresas e indivíduos que supostamente tinham algum vínculo ou que poderiam colaborar com países do eixo, principalmente a Alemanha. O documento recomenda vigilância e aplicação de severa repressão aos locais e indivíduos com suposto envolvimento com países inimigos. In: SEITENFUS, R. *O Brasil vai à guerra*. 3. ed. São Paulo: Manole, 2003, p. 284.

<sup>2</sup> A família Ramos era natural de Lages, Planalto Serrano Catarinense. Muitos dos parentes de Aderbal exerciam cargos políticos importantes em Santa Catarina, os familiares que possuíram mais destaque em todo território nacional foram: Vidal José de Oliveira Ramos, seu avô, foi deputado provincial no Império, governador de Santa Catarina, deputado federal e senador pelo estado catarinense; Nereu Ramos, tio, foi deputado federal e senador por Santa Catarina, governador e interventor federal no estado, vice-presidente da República de 1946 a 1951 e presidente de 1955 a 1956.

estadual pelo PSD, onde estabeleceu uma campanha marcada pelos novos rumos do fazer político, com comícios à rua ao invés de salões e visitas pessoais aos principais municípios das regiões do estado. Essa prática ocorreu mesmo com as condições precárias das estradas catarinense. Essas e outras atitudes o fizeram ser lembrado por sua preocupação com a gente do povo. Aderbal saiu vitorioso na eleição de governador em 1947 contra Irineu Bornhausen da UDN (União Democrática Nacional) (TANCREDO, 1998, p. 128).

A Carlos Hoepcke S.A foi fundada pelo imigrante alemão Carl Hoepcke na última década do século XIX e desde sua criação já atuava em diferentes ramos econômicos. A Companhia Hoepcke, como era chamada logo após sua criação, ainda nas primeiras décadas do século XX possuía casas comerciais, cooperativas de crédito, Companhia de Navegação, Estaleiro, Oficina mecânica e as fábricas de Pontas (pregos) Rita Maria (1896), de Gelo (1897) e Rendas e Bordados (1913). Além dos empreendimentos em Florianópolis a empresa tinha filiais de suas casas comerciais em outras regiões catarinenses (MÜLLER, 2007). No início século XX, os estabelecimentos da empresa faziam saltar o número de indústrias e de operários(as) do município florianopolitano, que em comparação com as demais cidades do estado, ocupava o terceiro lugar na distribuição de estabelecimentos industriais por município (BOSLLE, 1988, P. 47). Para a realidade econômica de Florianópolis esses números têm grande significado. Essa circunstância fez com que surgisse uma pequena vila operária nas imediações das três fábricas que estavam situadas no bairro Rita Maria, próximo ao centro da cidade. Ao longo do século XX o empreendimento manteve-se em progressão econômica e destaque social. Com a chegada de Aderbal Ramos da Silva à presidência da empresa, pólos de influência política e econômica juntavam-se na capital.

Apresentados os protagonistas "oficiais" e seu contexto, esse trabalho tem como objetivo lançar questões aos "de baixo", relacionando problemas da realidade de Florianópolis após 1945 com os(as) trabalhadores(as) das fábricas da empresa. Nesse sentido, a problemática do artigo está em descobrir qual o perfil dos trabalhadores das fábricas da Carlos Hoepcke e qual deles compunham sua vila operária, estabelecendo uma relação sobre os problemas de trabalho e moradia, além de investigar, mesmo que inicialmente, o papel ocupado por Aderbal Ramos da Silva no intermédio entre trabalhadores(as) e o Estado. As principais fontes que embasam essa pesquisa em andamento são: um livro de registro de funcionários da Fabrica de Pregos, confeccionado nos anos 1945/1955, pesquisado no arquivo

do Instituto Carl Hoepcke e entrevistas de trabalhadores(as) das três fábricas da empresa, disponíveis no Laboratório de História Oral da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina).

O contexto em que esses trabalhadores/as estavam inserido diferia da maioria das capitais brasileira. Florianópolis não era a cidade mais populosa e com desenvolvimento econômico mais relevante do estado. Em 1950, sua população era de 48.264 habitantes, dos quais 23.223 eram eleitores (PELUSO JÚNIOR, 1991, p. 1). Para os urbanistas do Plano Diretor de 1952, o município assentava-se na condição de centro administrativo do estado e pela ausência de indústrias para alavancar o desenvolvimento econômico, caracterizava-se uma cidade pobre (PAIVA, RIBEIRO, GRAEFF, 1952). Sobre a industrialização da cidade, no levantamento do Anuário Estatístico de 1945, das 21 capitais arroladas, Florianópolis estava entre as três com o menor número de estabelecimentos industriais, com 13 indústrias contando com 530 trabalhadores(as). Para o setor comercial, no mesmo levantamento, a cidade apresentava 43 comércios, somando 544 trabalhadores<sup>3</sup>. Para os setores de empregos públicos, considerada a dinâmica empregatícia mais importante de Florianópolis a partir da década de 1930, a soma das atividades governamentais, em 1940, correspondia a 32,5% da oferta de empregos do município, em uma população ativa de 7.745 pessoas (PELUSO JÚNIOR, 1991, p. 7). A capital era uma cidade quase sem indústrias, que vivia de um pequeno comércio e muito dependente dos empregos públicos oferecidos pelo Estado.

Florianópolis foge do exemplo de "cidade operária", e as problemáticas de caráter reivindicatórios e de "formação" de classe não saltam aos olhos de imediato. A "falta" de grandes greves em momentos que fervilhavam protestos pelo país pode trazer conclusões reducionista da sociedade local num primeiro momento. É necessário enxergar Florianópolis sem uma generalização comparativa, compreendendo as especificidades e realidade da cidade. Nesse sentido, o caráter econômico de pequenas iniciativas, sem um grande ramo de atividade, também reflete nas condições de organização dos/as trabalhadores/as. A própria Carlos Hoepcke retrata essa circunstância, com muitos empreendimentos em nichos

---

<sup>3</sup> A nível de comparação, sobre as indústrias na cidade de Curitiba foram 173 estabelecimentos informados, com 8.890 trabalhadores(as) e em Porto Alegre o número de indústrias era de 401, com 22.188 trabalhadores(as). Florianópolis foi a única capital da região sul que teve crescimento no número de trabalhadores sem aumentar a quantidade de indústrias. Sobre o setor comercial em Curitiba o número de comércio foi de 88 com 1.252 trabalhadores(as) e em Porto Alegre eram 418 estabelecimentos com 7.398 trabalhadores. In: BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1946. p. 365

econômicos distintos. Isso não significa que esse fator seja determinante para a maneira de como a classe trabalhadora lhe reagiu às suas condições, mas que a economia também precisa ser considerada nessa discussão. Da mesma maneira que não podemos tomar apenas as mobilizações de classe num sentido tradicional como as únicas formas possíveis de demonstração de autonomia dos/as trabalhadores/as, precisamos estar atentos para a conjuntura em que se encontram e como resistência e conformismo podem estar lado a lado na prática cotidiana.

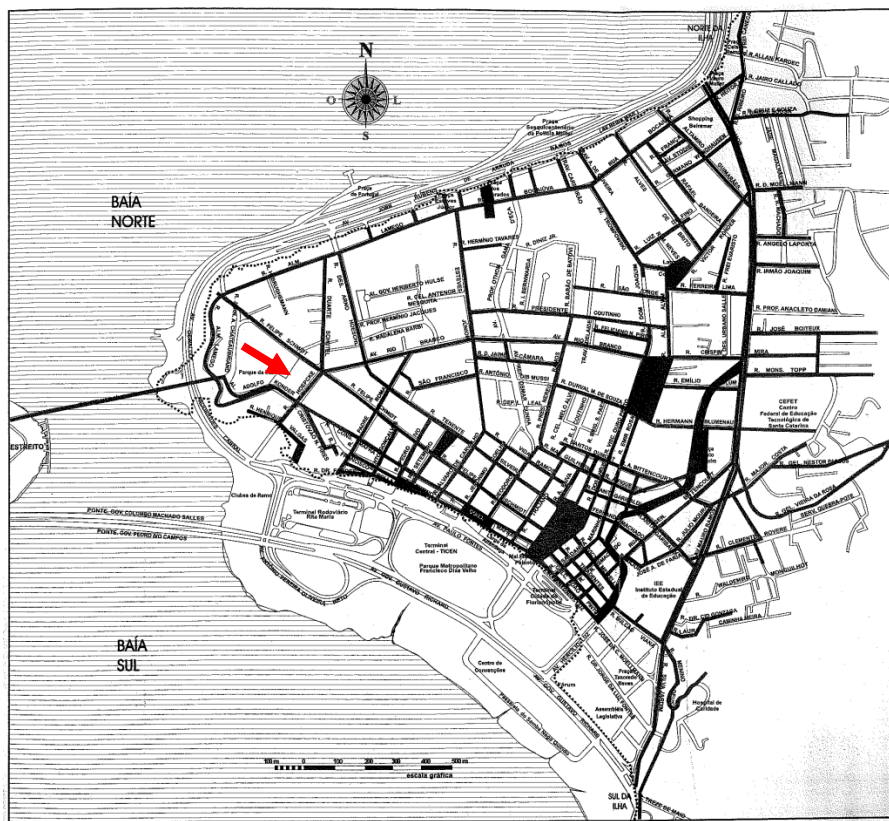
Outra condição presente na vida das classes populares no final dos anos 1940 e ao longo da década de 1950 é a divisão espacial que Florianópolis apresentava e que cada vez acentuava-se mais. As mudanças urbanas na cidade, nas suas proporções, acompanhavam as reformas ocorridas desde o início do século XX pelo país, mas a partir da década de 1940 as transformações intensificaram, sendo a abertura da Avenida Mauro Ramos uma das principais intervenções do governo no plano urbano. Para sua construção, becos e vielas próximas ao atual edifício do Instituto Estadual de Educação foram fechados: “os ocupantes dessas artérias marginais mudaram-se para o morro ou para o Estreito”. Com a valorização dos terrenos e aluguéis próximo ao Distrito Central da cidade, uma porção da população viu-se impelida a deslocar-se para regiões mais distantes, como o continente (PELUSO JÚNIOR, 1991, p. 7). Apesar de ser uma cidade com baixa densidade demográfica, as fronteiras de expansão urbana limitavam-se a baía norte e o Morro da Cruz, sendo o restante da Ilha composto por pequenas povoações isoladas e de difícil acesso (LOHN, 2002, p. 81). Mesmo com espaços vacantes, a precariedade de acesso ao interior da Ilha impedia que a população pobre, que matinha seu sustento no centro comercial, ocupasse essas regiões.

O espaço da cidade estava em disputa, a distribuição espacial obedecia às divisões de classe e isso indicou um constante processo de afirmação de determinados valores e finalidades para as políticas urbanas implementadas. O projeto político fomentado nesse período como principal alternativa para superação do atraso econômico de Florianópolis teve implicações direta na fragmentação e manutenção do espaço como clivagem social: o turismo. O discurso de modernizar os espaços para a recepção dos visitantes legitimou os projetos e planos urbanísticos com intenções de manter intacta a distribuição de poderes e riquezas na cidade (LOHN, 2002).

Essa realidade coloca em foco a moradia da população pobre que dependia da região central para sobrevivência. Quais seriam as diferenças entre morar no centro e nas artérias marginais? Caso de um conjunto habitacional de trabalhadores/as vivendo na região central era a vila operária das fábricas da Carlos Hoepcke. Criada no início do século XX, essa pequena vila foi instalada onde posteriormente se chamou rua Hoepcke, indicada no mapa 01. As fábricas de Pregos e Gelos ficavam uma ao lado da outra, praticamente na esquina entre a rua Hoepcke e a Conselheiro Mafra, já a Fábrica de Rendas e Bordados localizava-se na parte superior, fazendo esquina com a Hoepcke e Felipe Schimidt. O mapa abaixo é uma representação do centro de Florianópolis entre 1944 e 1951, o pontilhado indica o limite do mar e apenas as ruas em negrito formavam a cidade nesse momento. Em 1945 a rua Hoepcke fazia parte do distrito central e estava próxima ao único acesso terrestre da Ilha com o continente, porém no início do século XX esse não era um local tão privilegiado, a rua tinha como vizinhos um cemitério e um forno incinerador de lixo. A região tinha poucas habitações por ser bastante íngreme e rochosa, mas a medida em que a cidade foi crescendo e principalmente com a inauguração da ponte Hercílio Luz, em maio de 1926, a vila foi sendo incorporada à cidade (VEIGA, 2010, p. 280).

MAPA 01 - Área central de Florianópolis entre 1944 - 1951





Fonte: VEIGA, Eliane Veras da. Florianópolis: memória urbana. 3ª Edição. Florianópolis: Edufsc; Fundação Franklin Cascaes, 2010.

Para compreender o perfil dos/as trabalhadores/as residentes na vila e também dos/as funcionários/as em geral das fábricas da empresa, foi selecionado um livro de registro de empregados da Fábrica de Pregos, confeccionado entre os anos 1945 a 1955. Esse livro é composto por 250 fichas de trabalhadores/as, com informações do nome, data e local de nascimento, nome dos pais, data de admissão, estado civil, residência, função, salário, horário de trabalho, férias, data da ficha, data de dispensa e de acidentes de trabalho, quando apresentam, e uma foto 3x4<sup>4</sup>.

A maioria dos trabalhadores do livro eram homens, casados, com faixa etária de 20 a 35 anos. As mulheres apresentavam a mesma faixa de idade que os homens, eram solteiras e uma trabalhadora viúva, mais de 90% exerciam a função de empacotadeira. Uma característica do grupo feminino era a rotatividade no serviço, a maioria das mulheres eram contratadas por períodos curtos e recontratadas meses depois. A rotatividade no tempo de

<sup>4</sup> CENTRO DE MEMÓRIA INSTITUTO CARL HOEPCKE. *Livro de Registro de Funcionários [da Fábrica de Pontas Rita Maria (c. 1945-c. 1955)]*.

serviço entre as mulheres dessa fábrica também apareceu em uma análise da década de 1920, da mesma forma que o livro posterior, nas fichas de 1920 não haviam trabalhadoras casadas e as informações de saída, na maioria dos casos, tinha como justificativa o casamento. Nesse caso o estado civil provavelmente estava atrelado às questões de gênero, uma perspectiva de que a mulher casada não deveria pertencer ao cenário público, acompanhada ao que o casamento da trabalhadora poderia gerar à empresa, como uma futura gravidez, resultando em menos rendimento e mais faltas no serviço (SOUZA, 2016, p. 58)<sup>5</sup>. Gênero e estado civil também estão associados no período de 1945/1955, visto que não há trabalhadoras casadas, possivelmente por motivos semelhantes ao anterior, mas a rotatividade parece não ser apenas devido ao casamento, o fator econômico provavelmente faz parte dessa relação, essas recontrações curtas deveriam ser períodos de maior produção da fábrica, necessitando de maior força de trabalho.

Analisando e cruzando as informações das fichas foi possível perceber muitos laços familiares entre os/as empregados/as. Apesar de não sabermos exatamente a política de contratação da fábrica, a prática de empregar parentes era recorrente desde períodos anteriores (SOUZA, 2016, p. 50). É possível que esse modelo de contratação fosse estimulado pela empresa, em que apostava no papel vigilante que familiares e amigos poderiam exercer uns sobre os outros em caso de conflitos e embates no local de trabalho, além de contribuir para um discurso patronal de solidariedade e construção de um ambiente familiar no trabalho. Entretanto, a contratação de parentes muitas vezes podia significar a manutenção e reforço de lealdades e solidariedades anteriormente ao emprego (FONTES, 2005, p. 375).

O corpo de funcionários/as da fábrica era diversificado, haviam descendentes de regiões da Polônia e Alemanha, além de trabalhadores nacionais negros/as e brancos/as. Um dos pontos para o futuro dessa pesquisa é perceber se esses trabalhadores se identificavam com definições e redefinições coletivas e quais eram. Para isso, é importante considerar a diversidade entre os trabalhadores, atentando para qual identidade recorriam e quais os motivos, sem deixar para trás o cuidado de perceber a heterogeneidade, disputas e solidariedade entre os trabalhadores (FORTES, 2005, p. 323). Essas considerações também

---

<sup>5</sup> Nesse trabalho foi demonstrada a entrevista de uma ex-empregada da fábrica afirmando que a empresa não aceitava mulheres casadas. A ex-funcionária relatou sua experiência: Ah, casar estava preparada era pro olho da rua, né. Entrevistadora: A senhora saiu porque colocaram a senhora para a rua? Trabalhadora: Não, não. Eles me chamaram com toda a educação e disseram que eu tinha que sair porque eu tinha casado, e eles não me aceitaram mais lá (SOUZA, 2016, p. 59).

são válidas para compreender as ações dos/as trabalhadores/as fora do espaço fabril, em seus convívios de vizinhança, na relação com a realidade espacial da cidade e como essas questões chegavam, e se chegavam, na esfera pública estatal.

Na vila operária da rua Hoepcke essas questões provavelmente eram encontradas facilmente, era um espaço de vínculo direto entre trabalho e moradia. Sete dos trabalhadores fichados no livro residiam na vila da empresa. Havia uma mulher, e diferente dos funcionários homens que habitavam a vila, ela apresentou rotatividade no serviço, assim como a maioria das trabalhadoras do livro. Não foi identificado nenhum parentesco dessa trabalhadora com os outros seis residentes da vila, mas é possível que ela faça parte da família de algum trabalhador/a fixo que residia na vila e realizava trabalhos temporários em momentos que a empresa necessitava.

Os seis homens moradores da vila eram funcionários com datas de admissão mais antigas e os melhores salários do livro. O campo de ocupação nas fichas desses trabalhadores não estava preenchido, mas provavelmente possuíam alguma qualificação, um cargo importante para a produção da fábrica. Os estudos sobre vilas operárias demonstram que os critérios para locação de uma casa nas vilas tinham semelhanças. Uma família numerosa e mão-de-obra com alguma qualificação geralmente estavam associados aos requisitos à locação da casa. Para as empresas era importante ter próximo ao local de trabalho funcionários que soubessem resolver possíveis problemas com a produção e famílias extensas proporcionavam mão-de-obra disponível mais facilmente (BLAY, 1985, p. 175). O caso da trabalhadora temporária que residia na vila possivelmente se encaixava nessa posição.

A situação nas vilas operárias criava um vínculo entre contrato de trabalho e moradia, causando dupla instabilidade aos operários(as) e sua família. Essa condição podia reprimir as expressões de reivindicação e insatisfação desses(as) trabalhadores(as). José Sérgio Lopes (1988, p. 119) chama atenção para esse processo de interiorização da dominação por parte dos(as) operários(as) residentes nas vilas. Segundo o autor, ao focar exclusivamente no ponto da dominação, o papel da casa como aspecto importante dessa legitimação é negligenciado. Outras circunstâncias precisam ser analisadas para compreender a realidade do(a) trabalhador(a), como o valor de aluguel mais acessível, a proximidade do local de trabalho e manutenção da vila. O significado da moradia não se restringe ao econômico; esses locais estão permeados de laços de solidariedade, de conflitos e de sociabilidade.



O caso da vila da empresa Carlos Hoepcke não se enquadra no padrão mais clássico de vila operária isolada, com dependência quase total da fábrica. A rua Hoepcke, como demonstra o mapa 01, localizava-se no centro da cidade e isso significava ter acesso à outras dinâmicas empregatícias. Nesse sentido, é importante questionar o que diferenciava os/as trabalhadores/as residentes da vila dos não residentes. O livro de funcionários nos permite ver uma hierarquia de serviço para o acesso à vila da empresa, entretanto, além dessas condições, esses/as trabalhadores/as tinham uma moradia no centro da cidade, com aluguel acessível e próximo ao seu local de trabalho. Isso significava ter acesso a alguma infraestrutura e não levar horas no caminho de casa ao serviço. Ao meio das políticas urbanas e encarecimento de aluguéis da região central de Florianópolis, residir no centro da cidade acarretava um valor simbólico. Residir na vila operária não era apenas estar submetido ao controle patronal, são muitos aspectos que poderiam se apresentar nessa relação.

A maioria dos funcionários do livro não habitavam a vila da empresa, suas residências ficavam majoritariamente nas faixas marginais da área central e no continente, diferente da realidade dos/as trabalhadores/as da fábrica um pouco menos de duas décadas antes. Os/as operários/as do período anterior (década de 1920) residiam na região demonstrada no mapa 01, ou seja, próximos do perímetro da fábrica (SOUZA, 2016, p. 63). Nas entrevistas do Laboratório de História Oral da UFSC duas trabalhadoras da empresa relataram seus trajetos de casa ao trabalho. Uma delas, funcionária da Fábrica de Rendas e Bordados, residia no bairro Saco dos Limões, local relativamente próximo do centro de Florianópolis, porém, devido aos escassos horários de ônibus da linha que fazia esse trajeto, precisava caminhar até o local de serviço todos os dias. Segundo seu relato, levava quase duas horas para chegar ao trabalho. O outro caso, também trabalhadora da Fábrica de Rendas e Bordados e moradora do bairro Estreito, região continental logo após a ponte Hercílio Luz, queixou-se da falta de transporte público na cidade. Não havia ônibus do seu bairro para o centro, apesar de a distância ser mais próxima do que o caso anterior, a ex-funcionária da fábrica de pregos contou que em dias de chuva era inevitável se molhar, tendo que muitas vezes permanecer com a roupa molhada durante todo o dia de trabalho<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> ABREU, Adélia Vieira. *Adélia Vieira de Abreu*. [ago, 2002]. Entrevistadora: Maria das Graças S. L. Brightwell. SILVA, Zulma Rosa. *Zulma Rosa Silva*. [jun, 2003]. Entrevistadora: Raquel Bertocini Filomeno. In: Laboratório de História Oral - UFSC

Apesar de Florianópolis ter espaços desocupados em locais relativamente próximos ao centro, esses lugares não possuíam condições básicas para vida urbana, como o caso de transporte. O tempo de deslocamento dos/as trabalhadores/as de 1945 não é o mesmo dos/as de 1920, com as devidas ressalvas, podemos verificar um caso embrionário de espoliação urbana. Esse termo, pensado por Lúcio Kowarick (2009, p. 22) para uma realidade muito distinta como São Paulo e um período posterior, fala sobre como as classes populares além de espoliadas no trabalho passavam por um processo de espoliação na cidade, sendo também moradores espoliados. As regiões periféricas acabam sendo o paradeiro para os mais pobres, devido ao custo de vida mais acessível, porém a economia monetária vem acompanhada de um ônus social, sendo um deles a distância do local aos centros urbanos, onde geralmente concentram-se os empregos da população desses bairros marginais. Isso implica em aumento considerável no tempo demandado ao trabalho, além das oito horas trabalhadas o/a trabalhador/a também leva algumas horas no trajeto ao serviço.

Kowarick chama atenção para o papel fundamental do Estado nesse aspecto, pois o investimento que injeta no tecido urbano é fator de valorização. Nesse caso, aparece como "ator importante no processo de especulação imobiliária e segregação social" (Kowarick, 2009, p. 22). Em Florianópolis, na década de 1950, os projetos urbanos planejavam condições apropriadas para a recepção de turistas, antes mesmo que a cidade ofertasse para seus próprios habitantes algumas condições básicas da estrutura urbana moderna (LOHN, 2002, p. 34). Os relatos das trabalhadoras demonstraram essa situação.

Nesse sentido, como esses/as trabalhadores/as reagiram em termos de cultura política e de cultura de classe frente a realidade que encontravam? Em um cenário como Florianópolis, propício a desmantelar organizações combativas, entender as estratégias utilizadas pelos/as trabalhadores/as é um desafio a ser enfrentado por esse estudo. Diante das difíceis condições de vida em que os grupos populares eram submetidos, a rede de amparo social e a política de favores do poder público surgia como alternativa concreta de sobrevivência (LOHN, 2002, p. 39).

Nesse particular, Aderbal Ramos da Silva estava no centro de uma rede de distribuições de recursos, caridade e favores exercidos na capital. A sua capacidade de lidar com a presença popular na cena pública deixava-o em condições privilegiadas tanto com seus pares como com a população pobre. Nas entrevistas dos ex-funcionários/as da empresa

Hoepcke a memória de Aderbal estava quase sempre associada a alguém preocupado com o povo, muitos contaram sobre quando Aderbal visitou sua casa e/ou seu bairro. Um dos ex-trabalhadores afirmou que sua admissão na Carlos Hoepcke só ocorreu graças a uma carta de Aderbal. Esse ato, segundo seu relato, era uma retribuição do político ao seu pai, taxista, que teria ensinado Aderbal a dirigir<sup>7</sup>.

Essas práticas nada mais eram do que um meio do Estado reduzir o conflito de classe. Através do amparo social o governo conseguia relativa fidelidade das classes populares aos grupos dominantes, isso "evitava que se transformassem em classes perigosas ou capazes de gerar instabilidade aos ocupantes do poder". O principal privilegiado dessa situação era o próprio Aderbal Ramos da Silva, dono de meios de comunicação importantes (rádio Guarujá e jornal O Estado) e diretor do maior grupo empresarial da cidade, que conduzia e mantinha "relações de poder que eram uma grande máquina eleitoral" (LOHN, 2002, p. 39).

Essas condições não significam que os/as trabalhadores/as eram submissos e passivos diante da vontade do Estado. As camadas populares agiam com autonomia diante das condições reais em que estavam inseridos. Essa prática política não pode ser entendida apenas no viés de dominação, elas são negociações que ambos os lados precisam ser ouvidos, mesmo havendo o mais fraco, no caso, a população pobre. Esses são muitos "retalhos" ainda dispersos, que precisam ser combinados e recombinados com outros ainda não descobertos pela pesquisa, para compor uma grande colcha que tem como objetivo expressar a complexidade social de Florianópolis após 1945.

---

<sup>7</sup> SILVA, Laurindo. *Trinta anos do Trabalho e vida de Laurindo da Silva na empresa Hoepcke*. [nov, 2004]. Entrevistadora: Daiana Castoldi Lenoina. Laboratório de História Oral - UFSC.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Camilo Buss. *Marmiteiros, agitadores e subversivos: política e participação popular em Florianópolis, 1945-1964*. 2013. 468 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2013.

BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.

BOSSLE, Ondina Pereira. *História da industrialização catarinense: das origens a integração no desenvolvimento brasileiro*. 2. ed. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988.

DUARTE, Adriano Luiz. *Cidadania e Exclusão: Brasil 1937-1945*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

\_\_\_\_\_. *Cultura popular e cultura política no após-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimento no bairro da Mooca, 1942-1973*. 2002. 273 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 2002.

FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul/ Rio de Janeiro : EDUCS / Garamond, 2004.

FORTES, Alexandre. Os outros “polacos”: classe e identidade étnico-racial entre imigrantes do Leste Europeu em Porto Alegre. / FONTES, Paulo. Migrações nordestinas e experiências operárias. In: BATALHA, Cláudio et al (orgs.). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004

KOWARICK, Lúcio. 1) Produção do espaço urbano e lutas sociais. 2) As desventuras da cidadania. 3) Lutas urbanas e movimentos populares. In: \_\_\_\_\_. *Escritos urbanos*. SP: Ed. 34, 2009.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Pontes para o futuro: relação de poder e cultura urbana, Florianópolis, 1950 a 1970*. 2002. 442 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2002.

LOPES, Jose Sergio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na 'cidade das chaminés'*. São Paulo: Marco Zero; [Brasília]: Ed. UnB, 1988.

MÜLLER, Max José. *Carl Hoepcke: estruturador do desenvolvimento catarinense*. Florianópolis: Insular, 2007.

PAIVA, Edvaldo; RIBEIRO, Demetrio; GRAEFF, Edgar. *Florianopolis: Plano Diretor (1952)*. 1952.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. O crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e na estrutura da cidade. In: \_\_\_\_\_. *Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC; Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte.

SOUZA, Jéssica Duarte. *Trabalho e raça: perfil dos(as) trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas Rita Maria no Pós-abolição (Florianópolis, 1894-1930)*. (Monografia). UFSC, Departamento de História, Florianópolis, 2016.

TANCREDO, Luiz Henrique. *Doutor Deba: poder e generosidade*. Florianópolis: Insular, 1998.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operaria inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3v.

VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: memória urbana*. 3. ed. rev. ampl. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2010.